

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	2

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	3
2.3 - Outras informações relevantes	5

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.2 - Medições não contábeis	7
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	8
3.4 - Política de destinação dos resultados	9
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	10
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	11
3.7 - Nível de endividamento	12
3.8 - Obrigações	13
3.9 - Outras informações relevantes	14

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	15
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	19
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	20
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	21
4.5 - Processos sigilosos relevantes	22
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	23
4.7 - Outras contingências relevantes	24
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	25

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	26
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	28
5.3 - Descrição dos controles internos	29
5.4 - Programa de Integridade	30
5.5 - Alterações significativas	31
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	32

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	33
6.3 - Breve histórico	34
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	35
6.6 - Outras informações relevantes	36

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	37
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	38
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	39
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	40
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	41
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	42
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	43
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	44
7.8 - Políticas socioambientais	45
7.9 - Outras informações relevantes	46

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	47
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	48
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	49

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	50
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	51
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	52
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	53
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	54
9.2 - Outras informações relevantes	55
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	56
10.2 - Resultado operacional e financeiro	59
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	60
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	61
10.5 - Políticas contábeis críticas	62
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	63
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	64
10.8 - Plano de Negócios	65
10.9 - Outros fatores com influência relevante	66
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	67
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	68
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	69
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	72
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	74
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	75
12.7/8 - Composição dos comitês	76
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	77

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	78
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	79
12.12 - Outras informações relevantes	80

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	81
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	85
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	89
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	91
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	92
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	93
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	94
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	95
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	96
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	97
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	98
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	99
13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	100
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	101
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	102
13.16 - Outras informações relevantes	103

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	104
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	105
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	106

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	107
14.5 - Outras informações relevantes	108
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	109
15.3 - Distribuição de capital	117
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	118
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	119
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	120
15.7 - Principais operações societárias	121
15.8 - Outras informações relevantes	122
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	123
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	124
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	125
16.4 - Outras informações relevantes	127
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	128
17.2 - Aumentos do capital social	129
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	130
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	131
17.5 - Outras informações relevantes	132
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	133
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	134
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	135

Índice

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	136
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	137
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	138
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	139
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	140
18.8 - Títulos emitidos no exterior	141
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	142
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	143
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	144
18.12 - Outras informações relevantes	145
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	146
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	147
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	148
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	149
20.2 - Outras informações relevantes	150
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	151
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	156
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	157
21.4 - Outras informações relevantes	158

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

SYLVIO MARZAGÃO

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

Eu, Sylvio Marzagão, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.422.162 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 027.150.588-53, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores de Bicletas Monark S/A, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob nº 56.992.423/0001-90, com sede na Rua Francisco Lanzi Tancler nº 130, Distrito Industrial Domingos Giomi, CEP 13347-370 (“Companhia”), declaro que:

- (i) Revi o formulário de referência da Companhia;
- (ii) Todas as informações contidas no formulário de referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 1 19; e
- (iii) O conjunto de informações contido no formulário de referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Paulo, 29 de abril de 2.019.

SYLVIO MARZAGÃO

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1025-1
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Partnership Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	07.022.386/0001-81
Período de prestação de serviço	25/04/2013 a 19/02/2018
Descrição do serviço contratado	Exames das demonstrações contábeis do controlador e consolidado e dos ITR's a partir do exercício de 2013, até o exercício de 2017.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Remuneração anual global de R\$ 112.000,00 em 2016 e de R\$ 112.000,00 em 2017.
Justificativa da substituição	Mudança de auditor conforme art. 28, Instr. CVM nº 308/99
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Julio Luiz Baffini	25/04/2013 a 19/02/2018	040.034.228-64	Alameda Santos, nº 745, 5º andar - Cj 51, Cerqueira Cesar, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01419-001, Telefone (011) 35412992, Fax (011) 35412091, e-mail: baffini@partnership.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1187-8
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	RSM BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES
CPF/CNPJ	16.549.480/0001-84
Período de prestação de serviço	20/02/2018
Descrição do serviço contratado	Exames das demonstrações contábeis e dos ITR's a partir do exercício de 2018.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Remuneração anual global de R\$ 90.000,00 em 2018 e de R\$ 90.000,00 em 2019.
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
FERNANDO RADAICH DE MEDEIROS	20/02/2018	268.864.178-60	Av. Pedroso de Morais, 131, Pinheiros, São Paulo, SP, Brasil, CEP 54190-000, Telefone (11) 23481000, Fax (11) 234810000, e-mail: fernando.medeiros@rsmbr.com

2.3 - Outras informações relevantes

2.3

Não há fatos relevantes no tocante aos Auditores Independentes.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)
Patrimônio Líquido	184.474.328,65	182.536.597,13	188.195.159,45
Ativo Total	203.105.706,54	202.655.296,99	216.515.309,99
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	24.342.563,69	32.317.903,71	49.861.856,56
Resultado Bruto	4.006.272,68	5.587.111,08	6.233.634,56
Resultado Líquido	3.705.809,24	8.134.042,87	16.050.550,78
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	454.750	454.750	454.750
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	405,660976	401,318296	408,971202
Resultado Básico por Ação	8,149113	17,656302	34,927893

3.2 - Medições não contábeis

Não se aplicam medições não contábeis a esta companhia.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não há evento subsequente às ultimas demonstrações financeiras que as altere substancialmente.

3.4 - Política de destinação dos resultados	2018	2017	2016
a) Regra sobre retenção de lucros	A Companhia não tem regras estabelecidas para retenção de lucros além das legais. Atualmente a Companhia não faz mais a retenção da reserva legal, pois seu valor já atingiu 20% do Capital Social.	A Companhia não tem regras estabelecidas para retenção de lucros além das legais. Atualmente a Companhia não faz mais a retenção da reserva legal, pois seu valor já atingiu 20% do Capital Social.	A Companhia não tem regras estabelecidas para retenção de lucros além das legais. Assim faz apenas a retenção da Reserva Legal, uma vez que tem distribuído a totalidade de seus resultados.
b) Regra sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição de 25% dos lucros auferidos, após as retenções legais; no entanto, nos últimos exercícios, a Companhia vem distribuindo a totalidade dos resultados.	O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição de 25% dos lucros auferidos, após as retenções legais; no entanto, nos últimos exercícios, a Companhia vem distribuindo a totalidade dos resultados.	O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição de 25% dos lucros auferidos, após as retenções legais; no entanto, nos últimos exercícios, a Companhia vem distribuindo a totalidade dos resultados, retendo apenas a Reserva Legal.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos	Não há restrições	Não há restrições	Não há restrições
e) Demonstração das Retenções dos Dividendos			
Reserva Legal	0,00	0,00	328.413,47
Fração de dividendos do exercício	0,00	0,00	0,00
Total Retido no Exercício	0,00	0,00	328.413,47

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016
Lucro líquido ajustado	3.809.976,51	8.111.746,20	15.681.378,55
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	100,000000	100,000000	100,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	2,065315	4,444805	8,431771
Dividendo distribuído total	3.809.976,51	8.111.746,20	15.681.378,55
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção	26/04/2019	27/04/2018	28/04/2017

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	952.494,13	25/06/2019	2.027.936,55	26/06/2018	3.920.344,64	28/06/2017
Outros						
Ordinária	2.857.482,38	25/06/2019	6.083.809,65	26/06/2018	11.761.033,91	28/06/2017

3.6 - Dividendos declarados referentes a reservas constituídas em exercícios anteriores	2018	2017	2016
a) Valor transferido de Reserva de Lucro a Realizar para Lucros Acumulados	0,00	0,00	0,00
b) Valor transferido de Reserva para Gasto de Capital para Lucros Acumulados	0,00	0,00	0,00
c) Valor transferido de Reserva de Lucros Referente Fração de Dividendos	0,00	0,00	0,00
Total do ano	0,00	0,00	0,00

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2018	18.631.377,89	Índice de Endividamento	0,10099713	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Quirografárias		3.330.454,75	15.300.923,14	0,00	0,00	18.631.377,89
Total			3.330.454,75	15.300.923,14	0,00	0,00	18.631.377,89
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

Os resultados constantes na ficha 3.1 encontram-se impactados com os rendimentos financeiros provenientes de aplicações de recursos.

A eventual queda das taxas de juro vigentes no mercado de captação terá como consequência a redução das receitas financeiras provenientes de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários.

Composição das obrigações constantes do quadro 3.8 existentes em 31/12/2018:

Vencimento inferior a um ano:

ESPÉCIE	VALOR	OBSERVAÇÃO
Fornecedores e Contas a pagar	1.315.603,93	Valores referentes ao giro normal das atividades
Salários e encargos sociais	448.963,25	
Impostos a pagar	335.431,15	
Dividendos a pagar	277.962,29	Dividendos de resultados anteriores e dividendos mínimos obrigatórios de 2018
Dividendos mínimos obrigatórios	952.494,13	
Total	3.330.454,75	

Vencimento de um a três anos:

ESPÉCIE	VALOR	OBSERVAÇÃO
IRPJ e CSLL s/ajuste de avaliação patrimonial	11.335.923,14	Tributos diferidos para o momento da realização dos investimentos
Provisões	3.965.000,00	Provisões legais e sobre Contingências
Total	15.300.923,14	

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados

a. Ao emissor:

O objeto social da companhia consiste na fabricação, comércio, importação e representação de veículos, motores, máquinas, aparelhos, suas partes integrantes e seus acessórios, produtos e artigos de uso comum, industrial, profissional e doméstico, serviços de manutenção, consertos e assistência técnica, tendo se limitado ao produto bicicleta e suas partes. Está, portanto, sujeita aos riscos de concorrência de mercado de fabricação e comércio relacionados com o objeto acima.

Os preços praticados no mercado por importadores, pequenos e micros montadores espalhados por todo território nacional, não compatíveis com os custos de produção e a grande carga tributária, podem inibir as vendas reduzindo o resultado operacional que eventualmente pode passar a ficar negativo.

O pagamento de dividendos pela companhia a seus acionistas tem dependido muito de rendimentos oriundos de aplicações financeiras, que representam parcela significativa de sua receita.

A queda das taxas de juros vigentes no mercado de captação terá como consequência a redução das receitas financeiras provenientes de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários.

As condições econômicas e políticas do país e as políticas governamentais e econômicas brasileiras podem eventualmente afetar de forma negativa (i) a receita líquida da companhia, (ii) seu desempenho financeiro, e, (iii) a demanda pelos valores mobiliários da companhia, sendo certo que podem influenciar nos negócios da companhia, fatores como: taxas de juros; inflação; políticas tributárias; flutuações nas taxas de câmbio; políticas de controle cambial; e outros acontecimentos políticos e econômicos que afetem o país. Estes riscos são tratados com mais detalhe no item 5 deste Formulário de Referência.

A capacidade da companhia de implementar a estratégia de negócios depende de uma série de fatores e não se pode garantir que quaisquer desses objetivos sejam integralmente atingidos, uma vez que dependem de condições econômicas e políticas de mercado e de níveis de concorrência favoráveis à companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

b. A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle:

A companhia é administrada por um Conselho de Administração composto de três acionistas, designados conselheiros, eleitos pela Assembleia Geral e por uma Diretoria composta de até três membros, acionistas ou não, sendo um Diretor Presidente e os demais designados Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração.

Compete ao Conselho de Administração fixar a política e a orientação geral dos negócios da companhia, especialmente no que se refere à atividade industrial, a novos investimentos, a política financeira e as normas gerais de administração da companhia, que deverão ser observadas pelos Diretores.

Não obstante o acionista controlador da Companhia ter poder para, entre outras coisas, indicar e eleger os membros do Conselho de Administração, aprovar ou não decisões societárias que requerem a sua manifestação, os administradores têm obrigação legal de zelar pelos interesses da Companhia. Tal comportamento deve ser observado com mais rigidez na hipótese em que a administração da companhia se depare com situações de conflito de interesses.

c. A seus acionistas

Não obstante o Estatuto Social da companhia determine que no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social seja destinado para o pagamento de dividendos, os titulares das ações da companhia poderão eventualmente não receber os dividendos.

Pode haver a utilização do lucro líquido para compensar possíveis prejuízos, sua capitalização, ou o lucro líquido pode, ainda, ser retido não sendo disponibilizado para o pagamento de dividendos, nos moldes da Lei 6.404/76. Além disso, é possível a suspensão da distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social na hipótese em que a companhia se encontre com seu orçamento em déficit. Nesses termos, cabe ao Conselho de Administração informar à assembleia geral ordinária que a distribuição dos lucros líquidos seria incompatível com a situação financeira da companhia.

A capacidade dos investidores de vender as ações da companhia pelo preço desejado e no momento desejado poderá ser restringida dependendo da volatilidade do mercado de capitais brasileiro ou pelo fato de que as ações representativas do capital da companhia apresentam baixíssimo nível de liquidez.

A estrutura acionária atual da companhia conta com a figura de um acionista controlador, com ações em quantidade suficiente para prevalecer nas assembleias gerais. Nesse cenário é possível que os interesses do acionista controlador, divirjam dos interesses dos demais acionistas.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Enquanto a companhia contar com o atual quadro acionário, com a maioria de suas ações concentradas nas mãos de um acionista, este terá o direito de, sem que seja necessário o consentimento dos demais acionistas:

- eleger a maioria do Conselho de Administração e destituir conselheiros;
- controlar a administração e as políticas da companhia;
- determinar o resultado de grande parte de suas operações societárias ou de outras matérias submetidas à apreciação dos acionistas, inclusive fusões, consolidações e a venda da totalidade ou de parte substancial de seus ativos; ou
- determinar políticas de distribuição de dividendos, respeitado o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei.

d. A seus fornecedores

Pode haver o atraso das matérias primas para a confecção dos produtos que constituem o objeto social da Companhia, tendo em vista que grande parte das peças utilizadas para a fabricação dos produtos em território nacional são importadas.

Adicionalmente, cerca de 50% das vendas da companhia são de bicicletas infantis, juvenis e com marchas, as quais são fabricadas na China e importadas já com a logomarca da Monark. Pode haver volatilidade nos preços dos produtos chineses afetando a importação, com conseqüente alta do preço dos produtos, levando a uma posição desvantajosa no mercado de concorrência brasileiro.

Sendo assim, os preços podem variar dependendo da volatilidade de políticas econômicas e governamentais tanto brasileiras quanto chinesas. (tributação, inflação..)

e. A seus clientes

A Companhia produz bicicletas de transporte individual, cujo uso depende de fatores como clima, pavimento, trânsito, bem como sua substituição por veículos automotores.

f. Aos setores da economia nos quais o emissor atue

A concorrência no mercado de distribuição de bicicletas pode afetar as margens operacionais da companhia.

O mercado brasileiro apresenta grande competição nesse segmento, afetando a receita da companhia e sua margem operacional.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os preços praticados no mercado por diversos fabricantes não são compatíveis com os custos de produção e a grande carga tributária.

g. À regulação dos setores em que o emissor atue

Mudanças na tributação brasileira, bem como na chinesa, podem gerar aumentos nos custos da companhia.

A Companhia está sujeita a uma extensa legislação federal e estadual, além de regulação por agências governamentais responsáveis pela implementação de leis e políticas ambientais e de saúde.

A importação de bicicletas e partes, bem como compra de insumos no Estado de São Paulo com alíquota de 18% de ICMS e a venda a outros Estados com alíquota menor pode gerar créditos de difícil recuperação e inviabilizar a operação.

h. Aos países estrangeiros onde o emissor atue

O emissor não tem atuação em países estrangeiros.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Em tempos de crise, existe a possibilidade de aumento dos fatores de risco descritos no item 4.1.g.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

O emissor não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes a relatar.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos em que as partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há processos sigilosos relevantes a mencionar.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Não há processos em conjunto repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes que sejam relevantes.

4.7 - Outras contingências relevantes

O emissor tem processos judiciais trabalhistas com valor de perda possível no total aproximado de R\$ 1.200.000,00 tendo feito provisão pelo mesmo valor, sendo que já foram depositados judicialmente R\$ 59.360,37.

Tem ainda, outros processos cíveis e fiscais, administrativos e judiciais que montam perda possível total de R\$ 2.765.000,00 tendo feito provisão contábil no valor de R\$ 2.765.000,00 e depósito judicial no valor de R\$ 321.584,71.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não se aplica ao emissor por ser este nacional.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Principais riscos de mercado a que a companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Os principais fatores de risco que a companhia está exposta refletem aspectos estratégicos de sua atividade operacional e não operacional – que, conforme já mencionado representa parte significativa de sua receita. A exposição a tais riscos está inteiramente relacionada ao comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros e a inadimplência de clientes.

Os principais riscos de mercado que a companhia está sujeita no curso normal de seus negócios são relativos a (i) câmbio, (ii) juros, (iii) crédito, (iv) inflação.

Câmbio: O risco cambial da companhia é proveniente da flutuação da taxa de câmbio, considerando que importa da China bicicletas infantis, juvenis e com marcha, além de peças para produção.

Juros: Conforme já mencionado no item 4 deste Formulário de Referência, a empresa está fortemente capitalizada, auferindo volume considerável de receitas financeiras. A queda das taxas de juros vigentes no mercado de captação terá como consequência a redução das receitas financeiras provenientes de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários.

Crédito: Está relacionado a possíveis perdas com o não recebimento dos valores devidos na aquisição de produtos pelos clientes da companhia ou possíveis perdas relacionadas aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios.

Inflação: Como se sabe, o país já registrou índices de inflação muito altos. Pode-se dizer que a inflação e algumas medidas adotadas pelo Governo Federal no intuito de combatê-la tiveram significativo efeito negativo sobre a economia brasileira, cooperando para a incerteza econômica e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Eventuais medidas tomadas no futuro pelo Governo Federal, como ajustes na taxa de juros e intervenção no mercado de câmbio para ajustar ou fixar o valor do Real em relação ao Dólar, podem ter um efeito desfavorável na economia brasileira e, por conseguinte, sobre os negócios da companhia. Na hipótese do país vivenciar, eventualmente, uma significativa inflação, é possível que a companhia não seja capaz de compensar os efeitos de tal cenário.

Adicionalmente, cabe ressaltar que a companhia mantém investimentos temporários conforme registrado na Nota Explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

AÇÕES	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Petrobrás PN	21.007	15.094	13.826
Eletróbrás	656	499	461
Fundo Bradesco	12.409	10.599	8.576
Outros	62	62	62
TOTAL	34.134	26.254	22.925

O investimento em ações da Petrobrás e do Fundo Bradesco foi feito no início da década de 90, em tempos de instabilidade econômico-financeira do país, como diversificação e alternativa para suas aplicações.

Uma queda dos valores destas ações e fundos não alteraria o resultado do exercício, mas alteraria o resultado abrangente reduzindo o valor do patrimônio.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Assim uma queda de 25% nos valores de 31/12/2018 reduziria o valor do patrimônio em R\$ 5.632 mil e uma queda de 50% reduziria o valor do patrimônio em R\$ 11.264 mil.

Apesar dos riscos mencionados acima, a Companhia não adota uma política formal de controle de gerenciamento de risco, cabendo à sua Diretoria o monitoramento e avaliação periódica dos riscos, com o objetivo de diminuir ao máximo a exposição de tais riscos e desenvolver da melhor maneira seus negócios.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Seu patrimônio é protegido com a aplicação de suas reservas financeiras em Certificados de Depósitos Bancários pós fixados, atrelados às taxas do Certificado de Depósito Interbancário, nas instituições: Banco Bradesco S/A, Banco Safra S/A, Banco Santander (Brasil) S/A e Banco Itaú S/A.

Os valores justos dessas aplicações financeiras são equivalentes aos valores contábeis.

Mantém também investimentos temporários em empresas e fundos, conforme mencionado em Nota Explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras em 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016 e transcrito no item 5.1 deste formulário.

A Companhia não adota estrutura formal de controle de gerenciamento de risco por considerá-la desnecessária face o volume das operações e a inexistência de proteção adequada aos riscos considerados.

5.3 - Descrição dos controles internos

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:

O Emissor possui um software integrado de gestão, desenvolvido especialmente para sua atividade.

A Contabilidade emite mensalmente relatórios, analisados pela Administração Financeira e Diretoria.

Ao fim de cada trimestre são emitidos demonstrativos financeiros, que são submetidos à Auditoria Independente.

b) As estruturas organizacionais envolvidas:

Contabilidade, Administração Financeira e Diretoria

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

A administração do emissor, que é responsável por estabelecer e manter um controle interno eficaz das informações financeiras, vem discutindo e avaliando mensalmente as informações apresentadas em todos os relatórios gerados pelos setores envolvidos e avaliando métodos de melhora em seus controles. Os setores envolvidos e seus responsáveis são:

Contabilidade – Fabiano Machado

Administração Financeira – Paulo Marzagão Sobrinho

Diretoria – Sylvio Marzagão

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:

Não foram informadas deficiências e recomendações sobre os controles internos.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Não aplicável, uma vez que não foram informadas deficiências.

5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado:

Em 08 de março de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Código de Conduta Empresarial de Bicletas Monark S.A. (“Código de Conduta”), que se aplica a todos os administradores, empregados e estagiários da Companhia (“Colaboradores”) e estabelece os padrões éticos e morais a serem observados por tais Colaboradores na condução dos negócios sociais.

Nos termos do Código de Conduta, é dever dos diretores, gerentes e demais Colaboradores que atuem em posição chave na gestão da Companhia transmitir aos seus subordinados as normas constantes do Código de Conduta, bem como zelar pela sua observância e apresentar eventuais recomendações para seu aprimoramento ao Conselho de Administração.

Ademais, em caso de infração às disposições do Código de Conduta, cabe ao Conselho de Administração da Companhia deliberar sobre eventuais medidas disciplinares a serem aplicadas aos infratores no âmbito interno da Companhia, utilizando-se como parâmetro principal a gravidade da infração cometida.

O Código de Conduta encontra-se disponível no site de RI da Companhia (<http://www.monark.com.br/acionistas/>) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

5.5 - Alterações significativas

Não há outras informações relevantes a relatar.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes a relatar.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	26/04/1948
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por cotas de responsabilidade Ltda.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	01/12/1971

6.3 - Breve histórico

A Companhia tem por objetivo a industrialização e a comercialização de bicicletas, assim como a participação em outras sociedades.

Fundada em abril de 1948 sob denominação de Monark Indústria e Comércio Ltda., no Bairro de Bela Vista. Em Fevereiro de 1951 adquire área na Rua Engenheiro Mesquita Sampaio, Chácara Santo Antonio, São Paulo, sendo transferidos para o endereço citado a unidade fabril e o escritório. Em 1962 ocorreu à alteração da razão social para Bicicletas Monark S.A., e em 01 de dezembro de 1971 efetuou seu registro de Companhia Aberta na CVM.

Em 29 de janeiro de 2008, foi aprovada a transferência da sede da empresa para a cidade de Indaiatuba-SP em imóvel locado, passando as atividades industriais a serem desenvolvidas naquela localidade a partir do 1º trimestre de 2008.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Este item não se aplica a Companhia.

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a relatar.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

O emissor tem como atividade a fabricação e comercialização de bicicletas, podendo participar em outras empresas.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

- a) Produtos e serviços comercializados:

Bicicletas

- b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor:

A Receita líquida da comercialização de Bicicletas foi de:

2018 R\$ 13.879.941,56 representando 100% da receita líquida do emissor;

2017 R\$ 16.356.415,83 representando 100% da receita líquida consolidada do emissor;

2016 R\$ 19.405.285,25 representando 100% da receita líquida consolidada do emissor;

- c) Lucro ou prejuízo do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor:

O lucro líquido do segmento foi de:

2018 R\$ 3.705.809,24 representando 100% do lucro líquido do emissor;

2017 R\$ 8.134.042,87 representando 100% do lucro líquido consolidado do emissor;

2016 R\$ 16.050.550,78 representando 100% do lucro líquido consolidado do emissor;

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Em relação aos produtos e serviços do segmento operacional:

a) Características do processo de produção:

O processo de produção consiste na montagem de partes e peças adquiridas no mercado nacional e internacional, soldados por equipamentos automáticos e robotizados, desengraxados e fosfatizados em equipamento contínuo e pintura por processo eletrostático.

b) Características do processo de distribuição:

As vendas são realizadas por equipe própria de vendas e representantes em algumas regiões.

Os produtos geralmente são vendidos FOB – Fábrica (frete por conta do cliente).

c) Características dos mercados de atuação, em especial:

i.- Participação em cada um dos mercados:

Venda 100% no mercado interno.

ii. - Condições de competição nos mercados:

Enorme concorrência com importadores, algumas empresas com incentivos fiscais e pequenos e micro montadores espalhados por todo o território nacional.

d) Eventual sazonalidade:

Geralmente o segundo semestre apresenta vendas maiores que o primeiro semestre.

e) Principais insumos, matérias primas e componentes, informando:

Adquiridas no mercado interno: tubos de aço, pneus, pedais, câmaras de ar, aros de alumínio, bagageiros, paralamas, hastes, selins, tintas, insumos para solda, eletricidade e gás natural.

Adquiridas no mercado externo: raios, niples, guidões, rodas livres, cubos contra-pedal, correntes, cobre correntes e freios.

i – As relações com os fornecedores não estão sujeitas a controles ou regulamentações governamentais e tem sido de boa qualidade.

ii – Os preços estão sujeitos a variações do mercado e do câmbio

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Este item não se aplica ao emissor.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Não há regulação estatal nas atividades do emissor, assim este item não se aplica.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

Item não aplicado ao emissor, cuja vendas são exclusivamente para o mercado interno.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Como descrito no item 7.6, o emissor vende somente para o mercado interno.

7.8 - Políticas socioambientais

Face ao volume de atividades, o emissor não publica Relatório de Sustentabilidade, porém adota medidas de cunho ambiental, social e de gestão responsável.

7.9 - Outras informações relevantes

O emissor não tem outras informações relevantes a relatar.

8.1 - Negócios extraordinários

Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

O emissor não tem nenhuma aquisição ou alienação que se enquadre neste item.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

O emissor não possui contratos relevantes a serem informados.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

A companhia não tem outras informações relevantes a relatar.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

A Companhia não possui ativos imobilizados relevantes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui ativos imobilizados relevantes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MONARK NOMINATIVA classes 07.25 - 07.60	12/02/2027	Não são conhecidos eventos que possam causar perdas.	Não aplicável por não serem conhecidos eventos que possam causar perdas.
Marcas	BRISA - classe 07.45	22/09/2027	Não são conhecidos eventos que possam causar perdas.	Não aplicável por não serem conhecidos eventos que possam causar perdas.
Marcas	BMX - classes 07.45 - 07.60	09/07/2025	Não são conhecidos eventos que possam causar perdas.	Não aplicável por não serem conhecidos eventos que possam causar perdas.
Marcas	BARRA CIRCULAR - classes 07.25 - 07.45 - 07.60	13/12/2023	Não são conhecidos eventos que possam causar perdas.	Não aplicável por não serem conhecidos eventos que possam causar perdas.
Marcas	MONARETA classes 07.25 - 07.45 - 07.60	14/11/2026	Não são conhecidos eventos que possam causar perdas.	Não aplicável por não serem conhecidos eventos que possam causar perdas.
Marcas	TROPICAL classes 07.45	29/08/2026	Não são conhecidos eventos que possam causar perdas.	Não aplicável por não serem conhecidos eventos que possam causar perdas.
Marcas	ADVENTURE classe 07.45	27/03/2020	Não são conhecidos eventos que possam causar perdas.	Não aplicável por não serem conhecidos eventos que possam causar perdas.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
MONARK DA AMAZÔNIA S/A	04.439.436/0001-32	-	Controlada	Brasil	AM	Manaus	Fabricação de bicicletas. Entrou em liquidação em 30/06/2017, concluída em 06/03/2018.	95,230000
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
							Valor mercado	
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00		Valor contábil 31/12/2017	741.653,80		
31/12/2017	-98,275221	0,000000	3.544.141,83					
31/12/2016	-0,334578	0,000000	3.984.019,48					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A controlada do emissor, Monark da Amazônia S/A entrou em liquidação em 30/06/2017, concluída em 06/03/2018.								

9.2 - Outras informações relevantes

A Companhia não tem outras informações relevantes.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Conforme mencionado nos itens que tratam dos fatores de risco, o emissor tem significativa receita proveniente de atividades não operacionais, notadamente aplicações financeiras.

Isso se dá porque o emissor mantém altos índices de liquidez, mantendo em disponível no caixa, depósito em conta corrente e aplicações financeiras de liquidez imediata, valor suficiente para o pagamento de imediato de todo o capital de terceiros, ou seja, de todo o passivo circulante e não circulante conforme atestam os índices abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Liquidez imediata total	8,08	7,89	5,86

O endividamento por sua vez tem-se mantido em nível baixo, sendo seus índices percentuais sobre o Patrimônio Líquido:

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Índice de endividamento	10,10%	11,02%	15,05%

O emissor tem trabalhado nos três últimos exercícios exclusivamente com recursos próprios, não dependendo de recursos de terceiros, notadamente de instituições financeiras. A companhia apresenta capacidade de pagamento em relação a todos os seus compromissos financeiros assumidos.

O emissor não leva em consideração a hipótese de resgate de ações, além das legalmente previstas.

O emissor mantém Ativos não circulantes em volume inexpressivo, conforme se observa através do percentual dos mesmos sobre o Patrimônio Líquido:

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Comprometimento do PL no Ativo não circulante	20,14%	16,90%	15,51%

O Capital de giro total consolidado do emissor é composto com baixo nível de capital de terceiros:

(Em milhares de Reais)	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2016	
Capital próprio	184.474	90,83%	182.536	88,76%	188.195	86,92%
Capital de terceiros	18.632	9,17%	23.119	11,24%	28.320	13,08%
Capital de giro total	203.106	100,00%	205.655	100,00%	216.515	100,00%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As dívidas totais, nos três últimos exercícios, caracterizam-se basicamente por dívidas trabalhistas, com fornecedores e tributárias, além de provisões para contingências e tributos sobre sua carteira de ações.

As alterações significativas nas demonstrações financeiras, levando em consideração a análise vertical e horizontal, que apresentamos no final deste item, foram:

No exercício de 2016 em relação ao de 2015, as alterações no Ativo ocorreram nas contas de Caixa e Equivalentes de Caixa por conta do pagamento de Dividendos; Tributos a Recuperar, pelo deferimento de processos judiciais de repetição de indébitos transitados em julgado; na conta de Investimentos Temporários de Longo Prazo, pela valorização das ações da Petrobras, Eletrobrás e Fundo de ações Bradesco. No Passivo as alterações significativas foram nas contas de Fornecedores, Obrigações Fiscais e Dividendos a Pagar no Passivo Circulante e Dividendo Adicional Proposto no Passivo não Circulante, além de Ajuste de Avaliação Patrimonial pelo lançamento de variação positiva nos valores da carteira de ação, no Patrimônio Líquido.

No exercício de 2017 em relação ao de 2016, as alterações no Ativo ocorreram nas contas de Caixa e Equivalentes de Caixa por conta do pagamento de Dividendos; Tributos a Recuperar, pela utilização dos valores de crédito de IRPJ, conforme deferimento de processos judiciais de repetição de indébitos transitados em julgado; na conta de Investimentos Temporários de Longo Prazo, pela valorização das ações da Petrobras, Eletrobrás e Fundo de ações Bradesco; na conta de Investimentos pela liquidação da participação societária na controlada. No Passivo as alterações significativas foram nas contas de Fornecedores, Obrigações Fiscais e Dividendos a Pagar no Passivo Circulante e Dividendo Adicional Proposto no Passivo não Circulante, além de Ajuste de Avaliação Patrimonial pelo lançamento de variação positiva nos valores da carteira de ação, no Patrimônio Líquido.

No exercício de 2018 em relação ao de 2017, as alterações no Ativo ocorreram nas contas de Caixa e Equivalentes de Caixa por conta do pagamento de Dividendos; Outros Créditos por conta do reconhecimento de JCP a receber da Petrobras durante o próximo exercício; Tributos a Recuperar, pela apuração do IR retido na fonte pelo resgate de aplicações, a ser compensado durante o próximo exercício e pela utilização dos valores de crédito de IRPJ, conforme deferimento de processos judiciais de repetição de indébitos transitados em julgado; na conta de Créditos e Valores de Longo Prazo, pela contabilização de provisão para perdas com liquidação de crédito de ICMS acumulado; na conta de Investimentos Temporários de Longo Prazo, pela valorização das ações da Petrobras, Eletrobrás e Fundo de ações Bradesco. No Passivo as alterações significativas foram nas contas de Fornecedores, Obrigações Fiscais e Dividendos a Pagar no Passivo Circulante e Dividendo Adicional Proposto no Passivo não Circulante, além de Ajuste de Avaliação Patrimonial pelo lançamento de variação positiva nos valores da carteira de ação, no Patrimônio Líquido.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Valores em Milhares (R\$)	31/12/2018			31/12/2017			31/12/2016			31/12/2015
		Análise Vertical	Análise Horizontal		Análise Vertical	Análise Horizontal		Análise Vertical	Análise Horizontal	
ATIVO										
Ativo Total	203.106	100,00%	0,22%	202.655	100,00%	-6,40%	216.515	100,00%	9,93%	196.964
Ativo Circulante	165.948	81,71%	-3,41%	171.803	84,78%	-8,28%	187.317	86,51%	5,96%	176.777
Caixa e Equivalentes de Caixa	150.534	74,12%	-5,23%	158.834	78,38%	-4,36%	166.071	76,70%	6,78%	155.523
Contas à Receber	4.875	2,40%	-13,21%	5.617	2,77%	-15,34%	6.635	3,06%	25,73%	5.277
Estoques	5.583	2,75%	24,84%	4.472	2,21%	-45,66%	8.230	3,80%	-41,10%	13.972
Tributos à recuperar	4.878	2,40%	74,78%	2.791	1,38%	-55,76%	6.309	2,91%	228,94%	1.918
Despesas Antecipadas	78	0,04%	-12,36%	89	0,04%	23,61%	72	0,03%	-17,24%	87
Ativo Não Circulante	37.158	18,29%	20,44%	30.852	15,22%	5,66%	29.198	13,49%	44,64%	20.187
Ativo Realizável a Longo Prazo	36.787	18,11%	20,82%	30.447	15,02%	6,47%	28.597	13,21%	47,38%	19.404
Investimentos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	-100,00%	32	0,01%	0,00%	32
Imobilizado	371	0,18%	-8,40%	405	0,20%	-28,82%	569	0,26%	-24,23%	751
PASSIVO										
Passivo Total	203.106	100,00%	0,22%	202.655	100,00%	-6,40%	216.515	100,00%	9,93%	196.964
Passivo Circulante	3.331	1,64%	-31,16%	4.839	2,39%	-57,05%	11.266	5,20%	92,58%	5.850
Obrigações Sociais e Trabalhistas	449	0,22%	16,32%	386	0,19%	-4,69%	405	0,19%	30,23%	311
Fornecedores	1.316	0,65%	-4,50%	1.378	0,68%	29,15%	1.067	0,49%	109,22%	510
Obrigações Fiscais	335	0,16%	-41,74%	575	0,28%	-84,68%	3.753	1,73%	84,42%	2.035
Dividendos à Pagar	1.231	0,61%	-50,76%	2.500	1,23%	-58,62%	6.041	2,79%	101,77%	2.994
Passivo Não Circulante	15.301	7,53%	0,14%	15.280	7,54%	-10,40%	17.054	7,88%	23,71%	13.785
Tributos Diferidos	11.336	5,58%	25,43%	9.038	4,46%	15,38%	7.833	3,62%	75,47%	4.464
Provisões	3.965	1,95%	-27,91%	5.500	2,71%	-32,10%	8.100	3,74%	-1,22%	8.200
Receitas à Apropriar	-	0,00%	-100,00%	742	0,37%	-33,81%	1.121	0,52%	0,00%	1.121
Patrimônio Líquido Consolidado	184.474	90,83%	1,06%	182.536	90,07%	-3,01%	188.195	86,92%	6,13%	177.329
Capital Social Realizado	133.010	65,49%	0,00%	133.010	65,63%	0,00%	133.010	61,43%	0,00%	133.010
Reservas de Lucros	29.459	14,50%	-9,87%	32.686	16,13%	-14,80%	38.363	17,72%	12,73%	34.030
Ajustes de Avaliação Patrimonial	22.005	10,83%	30,96%	16.803	8,29%	15,03%	14.607	6,75%	81,09%	8.066
Participação dos Acionistas Não Controladores	-	0,00%	-100,00%	37	0,02%	-98,33%	2.215	1,02%	-0,36%	2.223
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO										
Receita Líquida de Vendas	13.880	100,00%	-15,14%	16.356	100,00%	-15,71%	19.405	100,00%	-5,86%	20.613
Custo dos Bens Vendidos	-9.874	-71,14%	-8,31%	-10.769	-65,84%	-18,24%	-13.172	-67,88%	-2,62%	-13.527
Resultado Bruto	4.006	28,86%	-28,30%	5.587	34,16%	-10,36%	6.233	32,12%	-12,04%	7.086
Despesas/Receitas Operacionais	-8.277	-59,63%	-3,83%	-8.607	-52,62%	-13,09%	-9.903	-51,03%	-18,52%	-12.154
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.271	-30,77%	41,42%	-3.020	-18,46%	-17,71%	-3.670	-18,91%	-27,58%	-5.068
Resultado Financeiro	10.336	74,47%	-33,30%	15.496	94,74%	-43,84%	27.594	142,20%	27,48%	21.645
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	6.065	43,70%	-51,39%	12.476	76,28%	-47,85%	23.924	123,29%	44,32%	16.577
IRPJ e CSL	-2.359	-17,00%	-45,67%	-4.342	-26,55%	-44,86%	-7.874	-40,58%	38,85%	-5.671
Resultado Líquido do Exercício	3.706	26,70%	-54,44%	8.134	49,73%	-49,32%	16.050	82,71%	47,17%	10.906
Lucro Básico por Ação (Em R\$)	8,15			17,66			34,93			

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os resultados têm sido fortemente impactados pelas receitas financeiras, item primordial para a obtenção dos resultados positivos dos últimos anos, como segue:

Item	2018	2017	2016
Receitas financeiras Líquidas	10.335.145,09	15.495.852,70	27.593.950,33
Lucro antes do IRPJ e CSLL	6.064.723,81	12.475.966,73	23.924.442,22

As receitas de vendas e a rentabilidade da operação têm sido limitadas pelos preços praticados no mercado por importadores, algumas empresas com incentivos fiscais, pequenos e micro montadores espalhados por todo o território nacional, não compatíveis com os custos de produção, a grande carga tributária e a excessiva burocracia.

Um fator importante para a rentabilidade das disponibilidades financeiras da companhia são as taxas de juros praticados pelo mercado brasileiro, uma vez que a companhia possui aplicações financeiras em Certificado de Depósitos Bancários, instrumento financeiro que tem sua rentabilidade atrelada às taxas de juro praticadas.

Não obstante os riscos acima referidos, a companhia é suficientemente capitalizada, não utilizando quaisquer fontes de financiamento externo que possam de maneira positiva ou negativa ter efeito relevante nas condições financeiras e patrimoniais apresentadas pelo emissor, expondo-o a outros riscos atrelados ao mercado que possam ser considerados relevantes.

Tendo em vista a característica de alta competitividade do mercado que a companhia atua, a possível introdução de novos produtos e serviços apresentados por nossos concorrentes bem como as modificações dos preços praticados em tal mercado, é, sempre, considerado um fator de risco para a companhia e seus investidores.

Assim, ainda que não tenhamos conhecimento da existência de projetos realizados por nossos competidores com o objetivo de introduzir um produto ou serviço que ganhe parcela significativa do mercado em que atuamos, é necessário, pelo menos, considerar que existe algum risco que pode ser atribuído a esse fator e que possa futuramente vir a afetar as receitas da Companhia.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

O emissor atua num só segmento operacional e não cogita introduzir um novo.

Não há pretensão de adquirir novas participações acionárias.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Não houve mudança significativa nas práticas contábeis, ressalvas ou ênfases especiais nos pareceres dos auditores nos três últimos exercícios.

10.5 - Políticas contábeis críticas

As receitas são reconhecidas por competência, os créditos fiscais são contabilizados seguindo as legislações fiscais existentes e as provisões para contingências calculadas em valor suficiente para o risco.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes foram evidenciados nas demonstrações financeiras e objeto de notas explicativas nos balanços.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica ao emissor, já que este mantém todos os itens relevantes evidenciados nas demonstrações contábeis.

10.8 - Plano de Negócios

A empresa não tem plano de investimentos em andamento e não há previsão para novos investimentos.

Não há pretensão de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a capacidade de produção. O lançamento de novos produtos e serviços não está sendo previsto.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores relevantes que influenciaram o desempenho operacional ainda não relatados.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480/09 a Companhia deixa de apresentar este item.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480/09 a Companhia deixa de apresentar este item.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A Sociedade é administrada por um Conselho de Administração composto de três Acionistas, designados simplesmente Conselheiros, eleitos pela Assembléia Geral e por uma Diretoria composta de até três membros, Acionistas ou não, sendo um Diretor Presidente e os demais designados Diretores, eleitos pelo Conselho da Administração.

Os Administradores, todos residentes no país, são eleitos pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, e permanecem nos seus cargos até serem regularmente substituídos.

É permitida a cumulação do cargo de Conselheiro de Administração com o de Diretor, observado o que a respeito dispõe o parágrafo primeiro do artigo 143, da Lei nº 6.640/76.

a) Atribuições de cada órgão

Conselho de Administração:

- Fixar a política e a orientação dos negócios da Sociedade, especialmente no que se refere a atividade industrial, a novos investimentos, a política financeira e as normas gerais de administração da Sociedade, que deverão ser observadas pelos Diretores;
- Eleger, destituir, aceitar a renúncia e substituir os Diretores da Sociedade e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o Estatuto Social;
- Fiscalizar a gestão dos /diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos.
- Convocar a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária nos casos prescritos em Lei e quando julgar conveniente.
- Manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e as Contas da Diretoria;
- Escolher e destituir Auditores Independentes, se houver;
- Autorizar a alienação de bens imóveis do ativo permanente, a edificação de novas construções, a constituição de ônus reais sobre o Patrimônio e a prestação de garantia a obrigações de terceiros; e
- Deliberar sobre as emissões de ações, dentro dos limites do Capital Autorizado.

Diretoria:

- Representar a Sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante terceiros e Repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais e órgãos em geral;
- Organizar anualmente contas de sua gestão, relatórios e o balanço geral, que deverão ser apresentados ao Conselho da Administração e Assembléia Geral dos Acionistas
- Supervisionar todas as atividades da Companhia, imprimindo-lhes as diretrizes mais adequadas à consecução de seus objetivos;
- Zelar pela fiel execução de suas deliberações, inclusive mediante auditorias interna e externa.
- Estabelecer normas para o perfeito funcionamento e expansão da Sociedade.
- Organizar o quadro de pessoal técnico e administrativo;
- Celebrar contratos e distratos de qualquer natureza.
- Adotar medidas acautelatórias do Patrimônio Social;
- Instalar e extinguir filiais, agências, sucursais, escritórios e pontos de venda.

Não existem comitês instalados na Companhia.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

b) Data da instalação do conselho fiscal, se este não for permanentemente, e de criação dos comitês.

- O Conselho Fiscal não é permanente. A partir da Assembleia Geral Ordinária de 30/04/2002 a instalação tem sido solicitada a cada ano. A mais recente foi na Assembleia realizada em 26/04/2019 e está em vigor.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

- A Companhia não mantém avaliações sobre os órgãos da empresa.
- Não existem comitês instalados na Companhia.

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais.

Diretor Presidente

- Convoca e Preside as reuniões da Diretoria.
- Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor ou um Diretor em conjunto com um Procurador com poderes específicos ou, ainda, a dois Procuradores em conjunto, com poderes específicos.
- Dar bens móveis em uso, usufruto ou penhor civil, mercantil ou industrial, contrair e confessar dívidas, dando em garantia bens móveis, máquinas e veículos da Sociedade;
- Outorgar escrituras relativas a operações imobiliárias autorizadas pelo Conselho de Administração;
- Vender e alienar bens móveis, sendo que no caso de venda de máquinas e equipamentos de valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), valor este corrigido, anualmente, pelo IPC (Índice de Preços ao Consumidor) da Fundação Getúlio Vargas dependerá de prévia autorização do Conselho de Administração;
- Praticar quaisquer atos administrativos, assinar contratos de crédito, de comodato, contratos de cessão de direitos, estipular cláusulas, lucros e condições de pagamento, contratar financiamentos com entidades financeiras, nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, oferecendo quaisquer garantias, com exceção das mencionadas no artigo quatorze, figurando a Sociedade como devedora;
- Emitir cheques nominativos, representar a Sociedade em quaisquer transações com estabelecimentos bancários, públicos, mistos ou particulares, assinar termos de responsabilidade e declaração de vendas, comprar e vender cambiais, assinar contratos, inclusive os de câmbio, aceitar duplicatas, letras de câmbio e notas promissórias;
- Autorizar débitos ou transferência de contas por carta e por meio eletrônico, emitir e endossar letras de câmbio e notas promissórias, assinar propostas e contratos de abertura de contas bancárias.

Diretor

Na estrutura atual estão subordinados ao Diretor Presidente os setores administrativo, financeiro e comercial e ao Diretor a gestão da área industrial.

Não existem comitês instalados na Companhia.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- e) **Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.**
 - A Companhia não mantém avaliações dos membros do conselho de administração e da Diretoria
 - Não existem comitês instalados na Companhia.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) Prazos de convocação

- A Assembléia Geral Ordinária reúne-se dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social, de acordo com o que estabelece a legislação societária.
- As Assembleias Gerais Extraordinárias são realizadas sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos Acionistas.

b) Competências

- Compete à Assembléia Geral Ordinária, discutir e votar o Balanço Patrimonial, Contas e Relatórios da Administração, Orçamento de Capital, se houver, Parecer do Conselho Fiscal, se houver, e eleição dos membros do Conselho de Administração e, se for o caso, os do Conselho Fiscal e seus suplentes;
- Compete à Assembléia Geral Extraordinária, todos os assuntos que estiverem previstos na legislação societária.

c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembléia geral estarão à disposição dos Acionistas para Análise.

A Companhia possui o endereço eletrônico www.monark.com.br onde disponibiliza as informações relativas aos atos societários. O Endereço físico onde estas informações podem ser obtidas é: Rua Francisco Lanzi Tancler, 130 – Distrito Industrial - Município de Indaiatuba – Estado de São Paulo.

d) Identificação e Administração de Conflitos de Interesses.

A verificação de situações de conflitos de interesses nas Assembleias Gerais da Companhia está sujeita ao entendimento de cada parte envolvida quanto à sua própria situação, em observância às disposições do Código de Conduta Empresarial da Companhia, bem como da legislação e regulamentação aplicáveis. Eventuais discussões a esse respeito devem ser encaminhadas ao presidente da Assembleia para serem dirimidas.

e) Solicitação de Procurações pela Administração para o exercício do direito do voto:

A solicitação de procurações é feita pela administração, de acordo com procedimentos especificados abaixo (letra f).

f) Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico:

Representantes Legais ou Procuradores deverão portar documento de identificação oficialmente reconhecido e comprovante da titularidade das ações, expedido pela instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia nos últimos 5 dias. Além dos documentos acima mencionados, a acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração).

g) Manutenção de fóruns e páginas da rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias:

A Companhia não mantém fóruns ou página de rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h) Transmissão ao vivo do vídeo e/ou áudio das assembleias.

A Companhia não transmite informações sobre suas assembleias por meio de áudio ou vídeo.

i) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto à distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização.

A Companhia adota, desde 2018, nas Assembleias Gerais, a possibilidade do acionista exercer o direito de voto à distância, conforme disposto na Instrução CVM 481 alterada pela Instrução CVM 561.

O acionista que optar pelo envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar à Rua Alexandre Dumas, 1.601 – cj. 135, CEP 04717-004, São Paulo/SP, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, os seguintes documentos:

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- (i) original do boletim de voto à distância relativo à assembleia geral em questão, devidamente preenchido, rubricado e assinado;
- (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos:

Pessoa Física:

- documento de identidade válido: RG ou RNE.

Pessoa Jurídica:

- documento de identidade válido do representante legal: RG ou RNE;
- último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista.

Fundos de Investimento:

- documento de identidade válido do representante legal: RG ou RNE;
- último regulamento consolidado do fundo;
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação.

A Companhia dispensará reconhecimento de firma, notariação e consularização de documentos assinados no exterior.

A Companhia não exigirá tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou que venham acompanhados da respectiva tradução para essa língua.

Os boletins e documentos acima devem ser recebidos até 7 (sete) dias antes da data da assembleia, sendo que os recebidos após esta data serão desconsiderados.

j) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância

A Companhia não disponibilizará sistema eletrônico de recebimento de voto à distância ou de participação à distância próprio; utilizará os meios constantes da Instrução CVM nº 561/2015 para viabilizar o processo.

k) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto à distância

Não existem mecanismos específicos destinados a permitir a inclusão na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

Caso o acionista queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto à distância, poderá apresentá-las por meio de correspondência enviada à Rua Alexandre Dumas, 1.601 – cj. 135, CEP 04717-004, São Paulo/SP, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta e de acordo com a Sessão IV da Instrução CVM nº 561/2015.

l) Outras informações necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto à distância

O Boletim de voto à distância pode também ser enviado ao custodiante do acionista, caso as ações estejam em depositário central ou à instituição financeira contratada pela companhia para a escrituração de valores mobiliários, caso não estejam.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

O Conselho de Administração de Bicicletas Monark S/A é um órgão de natureza colegiada responsável por, entre outras coisas, nos termos do artigo 7º do seu Estatuto Social, fixar a política e a orientação dos negócios da Companhia, especialmente no que se refere à atividade industrial, a novos investimentos, a política financeira e às normas gerais de administração da Companhia. No exercício de suas funções, o Conselho de Administração tem como objetivos a proteção do patrimônio da Companhia e a geração de valor para seus acionistas, prezando pela manutenção de um sistema adequado de governança corporativa à luz de seu atual estágio de desenvolvimento.

Adicionalmente, o Conselho de Administração aprovou o Código de Conduta Empresarial da Companhia, que estabelece os padrões éticos e morais a serem observados por todos os colaboradores da Monark na condução dos negócios sociais.

a) Frequência das reuniões:

As reuniões são realizadas sempre que existam assuntos a serem deliberados da competência do Conselho de Administração.

b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho:

Não existem disposições de acordo de acionistas que estabeleçam restrições ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho de administração.

c) Regras de Identificação de conflitos de interesses.

Nos termos da Lei das S.A., é vedado aos membros do Conselho de Administração participar ou votar em qualquer Assembleia Geral ou Reunião do Conselho de Administração em que tenham interesse conflitante com o da Companhia.

Nessas hipóteses, nos termos do Código de Conduta Empresarial da Companhia, ao identificar uma matéria que envolva um potencial conflito de interesses, o Conselheiro deve imediatamente manifestar o seu conflito, ausentar-se das discussões e abster-se de votar nas deliberações que venham a ser tomadas.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Não existem cláusulas compromissórias no estatuto para resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica à Companhia uma vez que não existem comitês instalados.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Administrador do emissor ou controlada

Sylvio Marzagão	027.150.588-53	Bicicletas Monark S/A	56.992.423/0001-90	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
-----------------	----------------	-----------------------	--------------------	---

Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente da Diretoria Estatutária e Diretor de Relações com o Investidor.

Pessoa relacionada

Paulo Marzagão Sobrinho	069.004.458-53	MONARK DA AMAZÔNIA S/A	04.439.436/0001-32	
-------------------------	----------------	------------------------	--------------------	--

Membro do Conselho de Administração do Emissor e da Controlada.

Observação

A controlada entrou em liquidação em 30/06/2017, concluída em 06/03/2018

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem fatos enquadrados neste item.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não existem fatos enquadrados neste item.

12.12 - Outras informações relevantes

O emissor não possui outras informações relevantes a informar.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A remuneração dos administradores do emissor visa oferecer aos mesmos compensação às suas atribuições e responsabilidades do cargo, adequadas ao setor em que atua e possibilidades econômico-financeiras.

A finalidade da política e das práticas de remuneração da empresa consistem no (i) alinhamento de interesses entre administradores e acionistas, de forma a compartilhar retornos e riscos da empresa; e (ii) reconhecimento da contribuição dos administradores, com base em referências de mercado.

Tendo em vista tais objetivos, a empresa adota um plano de remuneração diferenciado, incluindo o emprego de medidas de criação de valor para determinar os benefícios e as metas de remuneração variável, detalhado nas tabelas abaixo.

A verba total de remuneração da Diretoria e Conselho de Administração é aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas e distribuída pelo Conselho de Administração.

A remuneração do Conselho Fiscal é fixa e aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas.

Os objetivos dos elementos que compõe a remuneração (i) do Conselho de Administração; (ii) da Diretoria; e (iii) do Conselho Fiscal, são os seguintes:

- **Remuneração do Conselho de Administração**

Fixa: montante mensal que tem por finalidade refletir os padrões de mercado, constituído exclusivamente de honorários e contribuições para a seguridade social (INSS), com o objetivo de remunerar a dificuldade e responsabilidade relacionados ao cargo de membro do Conselho de Administração.

Remuneração Variável: não há remuneração variável.

- **Remuneração da Diretoria**

Fixa: montante mensal pago com o objetivo de remunerar a dificuldade e responsabilidade relacionados ao cargo de diretor. A remuneração fixa da Diretoria inclui salários, contribuições para a seguridade social (INSS) e benefícios como assistência médica e uso de automóvel.

Os benefícios têm por objetivo refletir os padrões verificados no mercado e reconhecer a contribuição dos executivos.

Variável: a remuneração variável compreende a participação nos resultados, prevista no Estatuto Social da Companhia, que contempla até 10% do lucro líquido a critério do Conselho de Administração.

A remuneração variável tem por objetivo alinhar os interesses dos executivos aos da Companhia.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- **Remuneração do Conselho Fiscal**

Fixa: montante mensal, tendo por finalidade refletir os padrões de mercado, constituído exclusivamente de honorários e contribuições para a seguridade social (INSS), com o objetivo de remunerar a dificuldade e responsabilidade relacionados ao cargo de conselheiro fiscal.

Remuneração Variável: não há remuneração variável.

Os principais indicadores de desempenho para determinação de cada elemento da remuneração são:

- (i) Remuneração Fixa: dificuldade e responsabilidade oriunda do cargo, padrões adotados no mercado e experiência profissional dos administradores.
- (ii) Remuneração Variável: desempenho satisfatório da função de diretor da companhia, utilizando-se como indicador de desempenho a realização dos negócios da companhia.

A remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho, estrutura-se da seguinte forma:

- (i) Remuneração Fixa: dificuldade e responsabilidade inerente ao cargo, práticas do mercado e experiência do profissional.
- (ii) Remuneração Variável: realização e desempenho dos negócios da companhia e cumprimento satisfatório da função de diretor.

Forma por meio da qual a política e práticas de remuneração se alinham aos interesses de curto e médio prazo da companhia.

A política e as práticas de remuneração da companhia buscam convergir os interesses de curto e longo prazo da companhia e os dos acionistas.

A proporção de cada elemento na remuneração total pode ser observada nos quadros abaixo, relativas aos três últimos exercícios:

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

2018								
Item da Remuneração	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal		Total	
	Quantidade							
Quantidade	3		2		3		8	
Rendimentos Fixo	192.000,00	91,06%	648.000,00	56,76%	135.000,00	91,06%	975.000,00	64,97%
Benefícios	-	0,00%	280.000,00	24,53%	-	0,00%	280.000,00	18,66%
Remuneração Indireta	-	0,00%	150.000,00	13,14%	-	0,00%	150.000,00	10,00%
Outros*	18.853,00	8,94%	63.628,00	5,57%	13.256,00	8,94%	95.737,00	6,38%
Total	210.853,00	100,00%	1.141.628,00	100,00%	148.256,00	100,00%	1.500.737,00	100,00%
2017								
Item da Remuneração	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal		Total	
	Quantidade							
Quantidade	3		2		3		8	
Rendimentos Fixo	192.000,00	91,73%	644.000,00	52,35%	135.000,00	91,71%	971.000,00	61,20%
Benefícios	-	0,00%	228.000,00	18,53%	-	0,00%	228.000,00	14,37%
Remuneração Indireta	-	0,00%	300.000,00	24,39%	-	0,00%	300.000,00	18,91%
Outros*	17.300,00	8,27%	58.200,00	4,73%	12.200,00	8,29%	87.700,00	5,53%
Total	209.300,00	100,00%	1.230.200,00	100,00%	147.200,00	100,00%	1.586.700,00	100,00%
2016								
Item da Remuneração	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal		Total	
	Quantidade							
Quantidade	3		2		3		8	
Rendimentos Fixo	192.000,00	83,33%	632.000,00	41,90%	135.000,00	83,33%	959.000,00	50,45%
Benefícios	-	0,00%	250.000,00	16,57%	-	0,00%	250.000,00	13,15%
Remuneração Indireta	-	0,00%	500.000,00	33,15%	-	0,00%	500.000,00	26,30%
Outros*	38.400,00	16,67%	126.400,00	8,38%	27.000,00	16,67%	191.800,00	10,09%
Total	230.400,00	100,00%	1.508.400,00	100,00%	162.000,00	100,00%	1.900.800,00	100,00%

Outros* = INSS suportado pela Empresa.

A empresa não possui comitês ou estruturas organizacionais assemelhadas de auditoria, de risco, financeiro, de remuneração ou outras.

Reajustes acumulados nos últimos três anos (2016, 2017 e 2018):

Conselho de Administração – 0,00 %

Diretoria – 2,53%

Conselho Fiscal – 0,00%

Varição do reajuste do Sindicato de 2016 a 2018 – 27,44%

Nos três exercícios (2016, 2017 e 2018), com relação à remuneração variável, tivemos:

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Ano	Lucro Líquido	Gratificação	%
2018	3.706	150	4,05%
2017	8.029	300	3,74%
2016	15.883	500	3,15%

Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	3,00	8,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00	3,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	192.000,00	648.000,00	135.000,00	975.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	280.000,00	0,00	280.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	38.400,00	129.600,00	27.000,00	195.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS suportado pela empresa.	INSS suportado pela empresa.	INSS suportado pela empresa.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	230.400,00	1.207.600,00	162.000,00	1.600.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	3,00	8,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00	3,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	192.000,00	648.000,00	135.000,00	975.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	280.000,00	0,00	280.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	188.530,00	63.628,00	13.256,00	265.414,00

Descrição de outras remunerações fixas	Empresa contemplada com a desoneração da folha de pagamento até agosto de 2018, com o INSS incidente sobre o faturamento. A partir de Setembro de 2018, o INSS é suportado pela empresa.	Empresa contemplada com a desoneração da folha de pagamento até agosto de 2018, com o INSS incidente sobre o faturamento. A partir de Setembro de 2018, o INSS é suportado pela empresa.	Empresa contemplada com a desoneração da folha de pagamento até agosto de 2018, com o INSS incidente sobre o faturamento. A partir de Setembro de 2018, o INSS é suportado pela empresa.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	380.530,00	1.141.628,00	148.256,00	1.670.414,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	3,00	8,00
Nº de membros remunerados	3,00	2,00	3,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	192.000,00	644.000,00	135.000,00	971.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	228.000,00	0,00	228.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	17.300,00	58.200,00	12.200,00	87.700,00
Descrição de outras remunerações fixas	Empresa contemplada com a desoneração da folha de pagamento. INSS incidente sobre o faturamento.	Empresa contemplada com a desoneração da folha de pagamento. INSS incidente sobre o faturamento.	Empresa contemplada com a desoneração da folha de pagamento. INSS incidente sobre o faturamento.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	209.300,00	1.230.200,00	147.200,00	1.586.700,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00	3,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	192.000,00	632.000,00	135.000,00	959.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	251.000,00	0,00	251.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	38.400,00	126.400,00	27.000,00	191.800,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS suportado pela empresa.	INSS suportado pela empresa.	INSS suportado pela empresa.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	230.400,00	1.509.400,00	162.000,00	1.901.800,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente de 2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	3	8,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS:

O estatuto social delibera que pode ser concedido aos Diretores Estatutários, a título de participação nos lucros, até 10% do Lucro Líquido.

O Art. 152 § 1º da Lei 6.404 regulamenta e limita a participação no lucro até o montante das remunerações dos administradores.

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	3	8,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados.				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado de 2018	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00

OBS:

O estatuto social delibera que pode ser concedido aos Diretores Estatutários, a título de participação nos lucros, até 10% do Lucro Líquido.

O Art. 152 § 1º da Lei 6.404 regulamenta e limita a participação no lucro até o montante das remunerações dos administradores.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	3	8,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados.				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado de 2017	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00

OBS:

O estatuto social delibera que pode ser concedido aos Diretores Estatutários, a título de participação nos lucros, até 10% do Lucro Líquido.

O Art. 152 § 1º da Lei 6.404 regulamenta e limita a participação no lucro até o montante das remunerações dos administradores.

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	3	8,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados.				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado de 2016	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00

OBS:

O estatuto social delibera que pode ser concedido aos Diretores Estatutários, a título de participação nos lucros, até 10% do Lucro Líquido.

O Art. 152 § 1º da Lei 6.404 regulamenta e limita a participação no lucro até o montante das remunerações dos administradores.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

O emissor não tem plano de remuneração baseado em ações para membros do conselho de administração e diretoria estatutária.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**Conselho de Administração:**

Bicicletas Monark S/A	11.951 ações ordinárias
SME Participações Ltda	34.137.932 cotas
Dyon Participações Ltda	9.675.626 cotas
Monark Participações Ltda	17 cotas

Diretoria Estatutária:

Os Diretores que tem participação nas empresas são também membros do Conselho de Administração, estando suas ações e cotas incluídas no item acima.

Conselho Fiscal:

Bicicletas Monark S/A	10 ações ordinárias
-----------------------	---------------------

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não se aplica.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não se aplica.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Não se aplica.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

O emissor não fornece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	3,00	0,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	670.349,00	782.500,00	980.000,00	79.069,00	78.500,00	86.400,00	49.419,00	49.067,00	54.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	471.279,00	447.700,00	528.400,00	65.892,00	65.400,00	72.000,00	49.419,00	49.067,00	54.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	570.814,00	615.100,00	754.200,00	70.284,33	69.766,67	76.800,00	49.419,00	49.067,00	54.000,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2018	Estão inclusos na remuneração os valores de INSS suportados pela Empresa.
31/12/2017	Estão inclusos na remuneração os valores de INSS suportados pela Empresa.
31/12/2016	Estão inclusos na remuneração os valores de INSS suportados pela Empresa.

Conselho de Administração	
31/12/2018	Estão inclusos na remuneração os valores de INSS suportados pela Empresa.
31/12/2017	Estão inclusos na remuneração os valores de INSS suportados pela Empresa.
31/12/2016	Estão inclusos na remuneração os valores de INSS suportados pela Empresa.

Conselho Fiscal	
31/12/2018	Estão inclusos na remuneração os valores de INSS suportados pela Empresa.
31/12/2017	Estão inclusos na remuneração os valores de INSS suportados pela Empresa.
31/12/2016	Estão inclusos na remuneração os valores de INSS suportados pela Empresa.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

O emissor não tem política específica para remuneração ou indenização dos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Percentual da remuneração pago a pessoas relacionadas conforme CPC 05/2008, calculado sobre o total pago aos membros do:

	2018	2017	2016
Conselho de Administração	68,75%	68,75%	68,75%
Diretoria Estatutária	57,49%	64,11%	66,12%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

O emissor não remunera membros dos Conselhos de Administração e Fiscal ou da Diretoria Estatutária que não seja pela função que exercem.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Exercício social 2018 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2018 - demais remunerações recebidas em função do exercício do cargo na controlada

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2017 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2017 - demais remunerações recebidas em função do exercício do cargo na controlada

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	112.000,00	84.000,00	56.000,00	252.000,00
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2016 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2016 - demais remunerações recebidas em função do exercício do cargo na controlada

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	48.000,00	36.000,00	24.000,00	108.000,00
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16 - Outras informações relevantes

A Companhia não tem outras informações relevantes.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

nº de

a) empregados:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Adm/Comercial	18	18	18
Industrial	<u>21</u>	<u>11</u>	<u>24</u>
Total	39	29	42

nº de

b) terceirizados:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Adm/Comercial	0	0	0
Industrial	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>6</u>
Total	5	5	6

c) O índice de rotatividade está dentro dos parâmetros aceitáveis, face as características do processo produtivo.

d) O emissor tem baixa exposição a passivos e contingências trabalhistas.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não há alteração relevante a relatar.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

O emissor não tem política específica para remuneração de seus empregados; contudo, mantém faixas salariais compatíveis com as praticadas pelo mercado.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

As relações do emissor com o Sindicato da categoria tem se mantido normais nos últimos três exercícios.

14.5 - Outras informações relevantes

O emissor não possui outras informações relevantes.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
SME PARTICIPAÇÕES LTDA						
45.873.676/0001-28	Brasileira-SP	Não	Sim	05/03/2010		
Não						
10.714	2,356000%	0	0,000000%	10.714	2,356000%	
Sylvio Marzagão						
027.150.588-53	BRASILEIRA-SP	Não	Sim			
Não						
10.711	2,355000%	0	0,000000%	10.711	2,355000%	
MONARK PARTICIPAÇÕES LTDA						
57.038.101/0001-79	BRASILEIRA-SP	Não	Sim	30/07/1992		
Não						
288.598	63,463000%	0	0,000000%	288.598	63,463000%	
CAIXA PREVIDÊNCIA BANCO DO BRASIL - PREVI						
33.754.482/0001-24	BRASILEIRA-DF	Não	Não	29/04/2010		
Não						
39.704	8,731000%	0	0,000000%	39.704	8,731000%	
SEB FORVALTNINGS AB						
52.298.098/0001-09	SUECA	Não	Não	10/04/2010		
Não						
45.475	10,000000%	0	0,000000%	45.475	10,000000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
DYON PARTICIPAÇÕES LTDA						
51.191.997/0001-45	Brasileira-SP	Não	Sim	05/03/2010		
Não						
	3.470	0,763000%	0	0,000000%	3.470	0,763000%
OUTROS						
	56.078	12,332000%	0	0,000000%	56.078	12,332000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	454.750	100,000000%	0	0,000000%	454.750	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
DYON PARTICIPAÇÕES LTDA				51.191.997/0001-45	
OUTROS					
8.720.374	21,331000	0	0,000000	8.720.374	21,331000
SME PARTICIPAÇÕES LTDA					
45.873.676/0001-28	Brasileira-SP	Não	Sim	05/03/2010	
Não					
22.484.000	55,000000	0	0,000000	22.484.000	55,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Sylvio Marzagão					
027.150.588-53	BRASILEIRA-SP	Não	Sim		
Não					
9.675.626	23,668000	0	0,000000	9.675.626	23,668000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
40.880.000	100,000000	0	0,000000	40.880.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MONARK PARTICIPAÇÕES LTDA				57.038.101/0001-79		
DYON PARTICIPAÇÕES LTDA						
51.191.997/0001-45	Brasileira-SP	Não	Sim	05/03/2010		
Não						
40.241.983	99,999000	0	0,000000	40.241.983	99,999000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Sylvio Marzagão						
027.150.588-53	BRASILEIRA-SP	Não	Sim			
Não						
17	0,001000	0	0,000000	17	0,001000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL						
40.242.000	100,000000	0	0,000000	40.242.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
SME PARTICIPAÇÕES LTDA				45.873.676/0001-28	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Paulo Marzagão Sobrinho					
069.004.458-53	BRASILEIRA-SP	Não	Sim		
Não					
1	0,001000	0	0,000000	1	0,001000
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %		
TOTAL		0	0.000000		
Sylvio Marzagão					
027.150.588-53	BRASILEIRA-SP	Não	Sim		
Não					
34.137.931	99,999000	0	0,000000	34.137.931	99,999000
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %		
TOTAL		0	0.000000		
TOTAL					
34.137.932	100,000000	0	0,000000	34.137.932	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
DYON PARTICIPAÇÕES LTDA				51.191.997/0001-45	
OUTROS					
8.720.374	21,331000	0	0,000000	8.720.374	21,331000
SME PARTICIPAÇÕES LTDA					
45.873.676/0001-28	Brasileira-SP	Não	Sim	05/03/2010	
Não					
22.484.000	55,000000	0	0,000000	22.484.000	55,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Sylvio Marzagão					
027.150.588-53	BRASILEIRA-SP	Não	Sim		
Não					
9.675.626	23,668000	0	0,000000	9.675.626	23,668000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
40.880.000	100,000000	0	0,000000	40.880.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
SME PARTICIPAÇÕES LTDA				45.873.676/0001-28	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Paulo Marzagão Sobrinho					
069.004.458-53	BRASILEIRA-SP	Não	Sim		
Não					
1	0,001000	0	0,000000	1	0,001000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Sylvio Marzagão					
027.150.588-53	BRASILEIRA-SP	Não	Sim		
Não					
34.137.931	99,999000	0	0,000000	34.137.931	99,999000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
34.137.932	100,000000	0	0,000000	34.137.932	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
SME PARTICIPAÇÕES LTDA				45.873.676/0001-28	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Paulo Marzagão Sobrinho					
069.004.458-53	BRASILEIRA-SP	Não	Sim		
Não					
1	0,001000	0	0,000000	1	0,001000
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %		
TOTAL		0	0.000000		
Sylvio Marzagão					
027.150.588-53	BRASILEIRA-SP	Não	Sim		
Não					
34.137.931	99,999000	0	0,000000	34.137.931	99,999000
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %		
TOTAL		0	0.000000		
TOTAL					
34.137.932	100,000000	0	0,000000	34.137.932	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

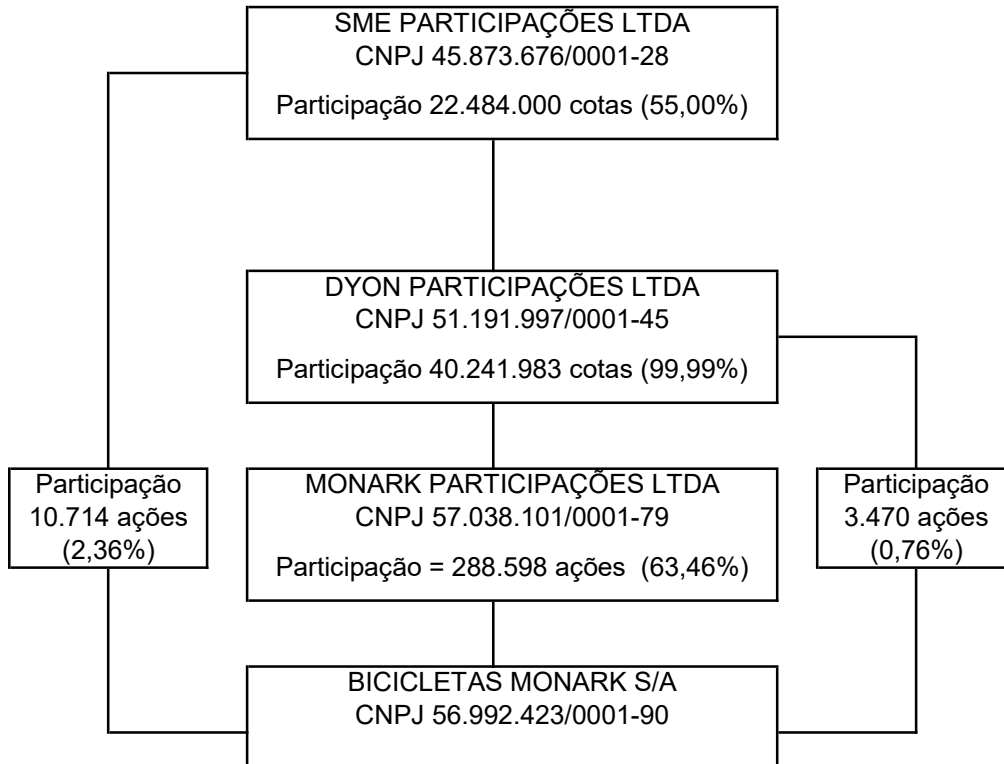
Data da última assembleia / Data da última alteração	26/04/2019
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	394
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	21
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	137.474	30,230676%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	137.474	30,230676%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não existe acordo de acionistas a que se refere este item.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alteração relevante na participação dos controladores no emissor.

15.7 - Principais operações societárias

Não há outras informações relevantes a relatar.

15.8 - Outras informações relevantes

O emissor não possui outras informações relevantes.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Todas as cláusulas dos contratos celebrados com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições normalmente praticados em contratação com bases de mercado, refletindo o cenário que se verificaria na hipótese em que a contratação tivesse sido realizada com um terceiro não relacionado com a Companhia, seus sócios ou administradores.

Conforme detalhado no item 16.2, a Companhia celebrou dois contratos com partes relacionadas, em condições estritamente comutativas, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas, e com pagamento compensatório adequado, conforme explicitado no item 16.3.

A Companhia não adota regra ou política formal quanto à realização de transações com partes relacionadas, considerando que (i) apenas dois negócios com partes relacionadas foram efetuados, sendo que os contratos referentes a tais negócios foram detalhadamente analisados pela administração da Companhia; e (ii) não tem a intenção de firmar novos contratos com terceiros relacionados com a companhia.

Importante ressaltar que o item 16.2, a seguir, contempla as informações relacionadas (i) aos contratos em vigor no exercício corrente; e (ii) aos contratos celebrados nos últimos três exercícios sociais.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
PREMIER CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	01/06/2001	338.000,00	SALDO EM 31/12/2018 R\$ 338.000,00	R\$ 338.000,00	INDETERMINADO	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	TEM COMO CONTROLADOR MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO EMISSOR						
Objeto contrato	GERENCIAMENTO FINANCEIRO DO EMISSOR						
Garantia e seguros	NÃO HÁ GARANTIAS ESTIPULADAS						
Rescisão ou extinção	AVISO PRÉVIO DE 30 DIAS						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
ELSOL PARTICIPAÇÕES LTDA	29/05/2015	9.683.381,28	SALDO EM 31/12/2018 - 5 MESES A R\$ 201.737,11 = R\$ 1.008.685,55	9.286.725,12	4 ANOS - VENCIMENTO EM 31/05/2019	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	TEM COMO CONTROLADOR O CONTROLADOR INDIRETO E DIRETOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO EMISSOR.						
Objeto contrato	ALUGUEL DE IMÓVEL INDUSTRIAL						
Garantia e seguros	NÃO HÁ GARANTIAS ESTIPULADAS						
Rescisão ou extinção	NAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI E NA INFRIGÊNCIA DE QUALQUER CLÁUSULA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses.

Os administradores têm obrigação legal de zelar pelos interesses da Companhia. Tal comportamento deve ser observado com mais rigidez na hipótese da companhia se deparar com situações de conflito de interesses.

Em reunião de 08/03/2019 o Conselho de Administração aprovou o Código de Conduta Empresarial de Bicycletas Monark S.A., que se aplica a todos os administradores, empregados e estagiários da Companhia e estabelece os padrões éticos e morais a serem observados por tais colaboradores na condução dos negócios sociais.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia e sua subsidiária, ao celebrarem acordo ou estabelecerem relação comercial, o fazem sempre observando as condições praticadas em mercado àquela época.

As transações comerciais demonstradas no item 16.2 foram realizadas com partes independentes da Companhia, classificadas como partes relacionadas, uma vez que a ELSOL Participações Ltda possui como seu controlador o controlador indireto e diretor presidente do conselho de administração da Companhia e a PREMIER Consultoria e Assessoria Ltda tem como controlador um membro do conselho de administração da Companhia.

As operações comerciais referem-se a um contrato de aluguel de imóvel industrial tendo como parte a ELSOL Participações Ltda e um contrato de prestação de serviços com a PREMIER Consultoria e Assessoria Ltda.

Conforme mencionado no item 16.1 deste Formulário de Referência, os contratos celebrados com partes relacionadas possuem todas suas cláusulas de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases de mercado, refletindo o cenário que se verificaria na hipótese em que a contratação tivesse sido realizada com um terceiro não relacionado com a Companhia, seus sócios ou administradores.

As transações com partes relacionadas cumpriram as práticas usuais do mercado e foram realizadas com pagamento compensatório adequado tanto no contrato de aluguel quanto no contrato de prestação de serviço, tendo sido ambos cuidadosamente analisados pela administração da companhia.

O valor do aluguel do imóvel locado da Elsol Participações Ltda foi aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião de 25/05/2006, após apreciar os laudos de Avaliação elaborados pela Embraesp e pela Bolsa de Imóveis do Estado de São Paulo.

Por solicitação do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, em 08/06/2006, manifestou-se sobre a questão, aprovando por unanimidade a decisão do Conselho de Administração.

O contrato de prestação de serviços com a Premier Consultoria e Assessoria Ltda. refere-se ao serviço de gerenciamento administrativo e financeiro do emissor, bem

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado como das importações de partes e de produtos acabados, incluindo contatos e negociações com fornecedores externos.

O emissor remunera esses serviços como remunera o gerenciamento de sua área industrial, com vantagem de um custo menor, por tratar-se de pessoa jurídica.

16.4 - Outras informações relevantes

O emissor não possui outras informações relevantes.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/04/2008	133.009.849,12		454.750	0	454.750

17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não ocorreram aumento no capital social nos últimos três exercícios.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não ocorreram nos três últimos exercícios, desdobramentos, agrupamentos e bonificações.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não ocorreu redução do Capital Social nos três últimos exercícios.

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a relatar.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado no exercício.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há condições para alterações.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não existem regras estatutárias que limitem direitos de votos.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há exceções e cláusulas suspensivas.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	239.204	359,00	312,00	R\$ por Unidade	329,94
30/06/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	251.531	349,99	268,00	R\$ por Unidade	292,48
30/09/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	110.736	340,00	280,12	R\$ por Unidade	307,60
31/12/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	121.700	300,01	280,00	R\$ por Unidade	290,45

Exercício social 31/12/2017

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	648.195	304,00	276,12	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	238.848	379,50	289,99	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	146.712	360,00	310,01	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	110.758	347,50	315,00	R\$ por Unidade	0,00

Exercício social 31/12/2016

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	132.524	280,00	240,00	R\$ por Unidade	0,00
30/06/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	152.201	300,00	238,75	R\$ por Unidade	0,00
30/09/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	112.031	295,00	255,02	R\$ por Unidade	0,00
31/12/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	136.443	299,97	276,00	R\$ por Unidade	0,00

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor não emitiu outros valores mobiliários nos três últimos anos.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor não emitiu outros valores mobiliários nos três últimos anos.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

BM&FBOVESPA S.A. Bolsa de Mercadorias e Futuros.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor não tem títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não houve ofertas públicas de distribuição feitas pelo emissor.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não se aplica, por não ter ocorrido ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não houve ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes .

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor não tem planos de recompra de ações.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O emissor não mantém valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

O emissor não tem planos de recompra de ações .

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não adotou política de negociação de valores mobiliários de sua emissão pelos acionistas controladores diretos ou indiretos, diretos, membros dos conselhos de administração e fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária, porém adotou política de divulgação de informações que no Art. 6º prevê prazos de vedação de negociação.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

BICICLETAS MONARK S.A.

CNPJ/MF Nº 56.992.423/0001-90

NIRE 35.300.021.932

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

I – PROPÓSITO E ABRANGÊNCIA

Art. 1º - Esta Política tem por objetivo o estabelecimento de elevados padrões de conduta, a serem compulsoriamente observados pela Companhia, Acionistas Controladores, Administradores (Conselheiros de Administração e Diretores), Conselheiros Fiscais e membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária da BICICLETAS MONARK S.A., no que se refere à divulgação e uso de informações.

II - DEFINIÇÕES

Art. 2º - A expressão "valores mobiliários" é empregada nesta Política em seu sentido mais amplo, abrangendo quaisquer ações, debêntures, bônus de subscrição, recibos e direitos de subscrição, notas promissórias de emissão da Companhia e seus derivativos. Inclui-se na definição de "valores mobiliários", para efeito do disposto nesta Política, os valores mobiliários que forem de titularidade do cônjuge dos Acionistas Controladores, Administradores e Conselheiros Fiscais, bem como de seu companheiro e dependentes, sendo estes últimos àqueles incluídos na declaração anual do imposto de renda e de sociedades controladas direta ou indiretamente.

Art. 3º - Considera-se informação relevante qualquer ato ou fato, ocorrido ou não no âmbito interno da Companhia, que possa influir de modo ponderável na:

I - cotação dos valores mobiliários;

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

II - decisão dos investidores em negociar com os valores mobiliários; ou

III - determinação dos investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários.

Art. 4º - Considera-se informação privilegiada aquela informação relevante ainda não divulgada ao público investidor.

III - PRINCÍPIOS

Art. 5º - Os Acionistas Controladores, os Administradores e Conselheiros Fiscais, deverão pautar a sua conduta em conformidade com os valores da boa-fé, lealdade e veracidade e, ainda, pelos seguintes princípios gerais, sem prejuízo das regras específicas adiante estabelecidas:

I - atentar para a sua responsabilidade social, especialmente para com os Investidores, os que na Companhia trabalham, bem como para com a comunidade em que atua;

II - envidar todos os esforços em prol da eficiência do mercado, de forma que a competição entre os investidores se dê na interpretação da informação divulgada, jamais no acesso à informação privilegiada;

III - ter sempre a consciência de que a informação transparente, precisa e oportuna constitui o principal instrumento à disposição do público investidor e, especialmente, dos acionistas da Companhia para que lhes seja assegurado o indispensável tratamento equitativo;

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

IV - assegurar que a divulgação de informações acerca da situação patrimonial e financeira da Companhia seja correta, completa e contínua.

IV – DEVER DE NÃO UTILIZAR A INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA AINDA NÃO DIVULGADA

Art. 6º - A Companhia, os Acionistas Controladores, os Administradores e os Conselheiros Fiscais e membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, deverão:

I - abster-se de negociar os valores mobiliários de emissão da Companhia e respectivos derivativos nos seguintes períodos:

a) no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e Formulário de Referência) da Companhia;

b) quando estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão da Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum;

c) quando existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária;

d) antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da Companhia, que tenham conhecimento.

II - guardar sigilo sobre as informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua comunicação e divulgação ao mercado;

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

III - não se valer de informação à qual tenham acesso privilegiado, relativa a ato ou fato relevante ainda não divulgado ao mercado, para obter, para si ou para outrem, vantagens mediante negociação com valores mobiliários;

IV - zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança:

a) guardem sigilo sobre informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado;

b) não utilizem as informações para obter, para si ou para outrem, vantagem mediante negociação com valores mobiliários.

Art. 7º - É vedado à Companhia, em qualquer hipótese, a negociação com suas próprias ações nos períodos de vedação de que trata o inciso I do Art. 6º desta Política

Parágrafo Único- O Diretor de Relações com Investidores deverá solicitar à Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, a suspensão das negociações da Companhia com suas próprias ações neste período.

V - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º - Fica indicado o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, como diretor responsável pela execução e acompanhamento desta política.

Art. 9º - A Companhia comunicará formalmente a adoção desta Política às pessoas mencionadas no Art. 1º, delas obtendo a respectiva adesão formal, através de termo, conforme modelo anexo, parte integrante e indissociável desta Política.

Art. 10 - No que couber, esta Política será aplicada também às pessoas detentoras de posição, função ou cargo, relação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

comercial, profissional ou de confiança da Companhia, inclusive na controladora, controladas ou coligadas.

Art. 11 - Esta Política está de conformidade com o disposto na Instrução CVM 358 de 03 de janeiro de 2002 e Instrução CVM 369 de 11 de junho de 2002.

Art. 12 - Esta Política foi aprovada pelo Conselho de Administração da BICICLETAS MONARK S.A., em reunião realizada no dia 18 de julho de 2002 e consignada na ata da mesma.

MVG/contrat/0779PolíticaCVM

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Contido no item 21.1

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Contido no item 21.1

21.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes.